

Quando a saúde é esquecida em todas as políticas

Para que se definem metas e objectivos específicos, se delineiam estratégias, políticas e actividades se no processo de concretização dos projectos se perde a consciência e o foco do objectivo e da política de saúde?

A vida é complexa. A prática e a reflexão sobre a mesma têm de encontrar equilíbrio para que haja sentido e o caminho escolhido vá de facto atingir a meta que a razão e a emoção determinaram como a melhor num determinado momento e para um determinado espaço. A política de saúde em todos os sectores colide aparentemente com as políticas económicas, de recursos, e até com o gosto dos grupos e dos indivíduos. Aparentemente porque a prazo gasta-se mais a tratar das consequências do não seguimento dessas políticas de promoção de saúde. Mas vivemos num mundo “instantâneo” e a visão de curtíssimo prazo é que importa para a maioria das pessoas “É agora que me apetece um chocolate, e a máquina de venda de alimentos que está no centro de saúde ou na escola vende, por isso eu compro. Se me vai desequilibrar o dia alimentar ou não, isso não me interessa agora. Mais tarde lidarei com a questão, ainda que me custe mais”... Até ao cenário mais grave que é, de facto, depender de outros e de um sistema de saúde para conter (não resolver, porque já não é possível) o problema de saúde. A saúde em todas as políticas foi amplamente divulgada durante a presidência finlandesa da União Europeia, em 2006. Como está a ser concretizada essa política no nosso país? Um exemplo prático: as máquinas de venda automáticas de alimentos (MVAA). Sabemos que a oferta alimentar é determinante do consumo. Se não há disponível, não se acede, não se come. Se há, compra-se e come-se. A oferta alimentar deveria ser predominantemente promotora de saúde. Particularmente se estamos a falar de estruturas-modelo como as instituições de saúde (hospitais, centros de saúde e clínicas) ou de educação (escolas e universidades). A responsabilidade social das empresas fornecedoras de alimentos deveria ser notória ao oferecer e promover produtos alimentares saudáveis. Mas, na prática, o que temos é que as MVAA oferecem maioritariamente produtos de elevada densidade calórica (promovendo obesidade e outras doenças relacionadas com o excesso calórico e o défice de nutrientes) e fraca densidade nutricional. É comum encontrarmos chocolates, croissants ou bolos, bolachas, refrigerantes e néctares, mas raríssimo encontrar sandes de pão de mistura, iogurtes, leite branco, fruta ou sopa. Quer para utentes, quer para funcionários, uma MVAA pode ser uma excelente alternativa a um lanche ou um almoço, caso se esteja longe de casa. É uma oferta usualmente mais barata e, se for saudável, melhor do que o café da esquina! Os referenciais existem, quer na educação (*Referencial para uma oferta alimentar saudável nos bufetes escolares*, 2006) quer na saúde (*Princípios Orientadores para oferta alimentar saudável nas MVAA*, ARS Norte, IP 2009). As instituições que contratam as empresas fornecedoras de alimentos deveriam estar comprometidos com estes princípios e exigir a sua aplicação. Por outro lado, as próprias empresas, conhecendo os referenciais e princípios orientadores, deveriam tomar a iniciativa de oferecer e criar uma “fileira saúde” com alimentos a promover. Desta forma temos os recursos (os alimentos a promover e reposições saudáveis), o gosto dos indivíduos e a resposta às suas necessidades – quem procura alimentos saudáveis, encontra-os – e não entra em conflito com o plano alimentar que lhe foi prescrito (centros de saúde ou hospitais) ou que deve fazer no âmbito de um estilo de vida saudável para manter a sua saúde pelo máximo de tempo possível (escola ou universidade). Quando, na prática, a saúde fizer parte de todas as políticas, pode ser que também, na prática, a economia melhore e o sistema de saúde tenha maiores hipóteses de se manter sustentável ao longo do tempo. A política tem de fazer sentido e as políticas de saúde estratégicas e estruturantes precisam de ser concretizadas na prática, por todos os sectores da sociedade e de actividade. Porque não começar pelas MVAA?

Débora Cláudio